

## Assembleia Legislativa do Estado do Acre

## **LEI Nº 3.650, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Dispõe sobre a prorrogação de prazo para pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na situação que especifica.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Ficam reabertos os prazos de pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, sem quaisquer acréscimos, da seguinte forma:
- I para 29 de outubro de 2020, os lançamentos com vencimento original no período de 30 de março até 30 de abril de 2020;
- II para 27 de novembro de 2020, os lançamentos com vencimento original no período de 1º de maio até 16 de junho de 2020; e
- **III** para 29 de dezembro de 2020, os lançamentos com vencimento original no período de 17 de junho até 30 de julho de 2020.
- § 1º A prorrogação prevista neste artigo se aplica aos lançamentos referentes a:
- I antecipação do ICMS com encerramento da tributação;

Página 1 de 2

- II antecipação do ICMS sem encerramento da tributação; e
- III diferencial de alíquotas exigido das empresas.
- § 2º A postergação prevista neste artigo não se aplica:
- I na hipótese de o débito ter sido parcelado;
- II nos casos de lançamento constituído concomitante com a imputação de multa punitiva por descumprimento da legislação tributária;
- III nas hipóteses em que o Regulamento do ICMS prevê o pagamento no momento da apresentação da documentação à repartição fiscal para desembaraço; e
- IV aos débitos decorrentes de operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado neste Estado.
- **Art. 2º** A prorrogação do prazo a que se refere esta lei não autoriza a restituição de quantias eventualmente pagas antes dos novos vencimentos.
- **Art. 3º** Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a dispor sobre demais condições e exceções para fruição da prorrogação de prazo de que trata esta lei.
- **Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 10 de setembro de 2020, 132º da República, 118º do Tratado de Petrópolis e 59º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre